

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO RICARDO FORGERINI E COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRUBÁ/RS

Edital do Pregão de Presencial nº: 13/2018


DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 90.627.332/0005-17, com sede na Rua Abel Scussiato, 3020, Colombo/PR, neste ato representada por seu procurador *in fine*, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, na forma do que dispõe o artigo 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto pela empresa **EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

1. Síntese dos Fatos

a) Das Alegações da Recorrente

A Recorrente (**EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA**) apresentou recurso sustentando a ilegalidade de sua de inabilitação. Aduz que o entendimento manifestado pelo Pregoeiro seria o de que seu equipamento não atende as exigências previstas no Edital, especialmente quanto ao quesito de “sistema de direção e tração nas quatro rodas”.

A Recorrente aduz que o seu equipamento possui tal característica, que teria sido exposta no seu folder, porém, tal declaração é falaciosa, pois seu equipamento não possui tais características.



b) Da Verdade dos Fatos

É notório que o equipamento fornecido pela Recorrente não preenche as exigências previstas no Edital. Deste modo, foi correta a decisão que inabilitou a Recorrente do certame:

"A empresa Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda apresentou proposta escrita no valor de R\$ 279.000,00 e a empresa Paraná Equipamentos S.A., apresentou proposta escrita no valor de R\$ 285.000,00. No decorrer da sessão representante da empresa Distribuidora Meridional de Motores Cummins S/A questionou as empresas participantes quanto ao quesito direção e tração nas quatro rodas, sendo que o entendimento do pregoeiro e da equipe de apoio é que a máquina tem que possuir direção nas 04 rodas. Sob este entendimento, o representante da empresa Paraná diz não atender ao solicitado. Ressalta-se que nos folders apresentados pelas empresas Equagril e Paraná não constou informação de que a máquina possui o referido sistema de direção nas quatro rodas. Sendo assim, as propostas de ambas as empresas foram desclassificadas".

Note-se, portanto, que ao oferecer equipamento sem as características exigidas pelo Edital, não havia outro entendimento a ser adotado pelo Sr. Pregoeiro e sua equipe senão a inabilitação e desclassificação da Recorrente.

O Edital é inequívoco quanto esta matéria na descrição de seu objeto (Anexo I – Termo de Referência), onde consta expressamente a previsão de "sistema de direção e tração nas quatro rodas".¹

¹ Aquisição de 01 Retroescavadeira 4x4, de fabricação e modelo 2017 ou superior, peso operacional mínimo de 7.200Kg, com motor diesel de potência mínima de 100HP de potência bruta (SAE) de mesmo fabricante do equipamento, freio a disco, sistema de direção e tração nas 4 rodas, bomba hidráulica com capacidade mínima de 125 l/min, chassi monobloco inteiramente soldado, cabine fechada original de fábrica com ar condicionado quente/frio, com proteção SAE ROPS/FOPS, capô basculante em peça única, sistema de duplo pistão na concha frontal, caçamba frontal de carregadeira com capacidade mínima de 1,2m³, caçamba da retro de no mínimo 0,26m³, com alcance de profundidade da escavação de no mínimo 5,60 metros, sistema de iluminação completo para trabalho e deslocamento noturno, assento ajustável com suspensão.

Um equipamento com direção nas quatro rodas (tal qual o equipamento fornecido pela DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS²) possui vantagens operacionais evidentes, haja vista que é um equipamento multiuso, que necessita de modos variados de direção.

Ocorre que, como dito, o equipamento da Recorrente (Equagril) não possui tais funções. A Recorrente age de má-fé ao apresentar tal recurso utilizando-se de argumentações falaciosas.

A Recorrente declara falsamente que tem tração e direção nas quatro rodas, o que, sobretudo poderá acarretar a aplicação de multa e suspensão do direito de licitar à Recorrente (art. 7, Lei nº 10.520/2002).

Portanto, é notório que o equipamento da Recorrente não possui o sistema requerido. Basta verificar seu folheto e examinar o produto *in loco*.

Deste modo, requer-se a improcedência do Recurso e a condenação da Recorrente as penalidades previstas na lei, por ter atuado de má-fé ao fornecer informações falsas sobre seu equipamento.

2. Vinculação ao Edital

Extraí-se do Edital a expressa previsão de exigência da “*sistema de direção e tração nas quatro rodas*”.

Cumulada a essa disposição, é de aplicação cogente ao processo licitatório o item 8 e 7.11, que dispõe que a falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital implica em inabilitação da licitante.

² O objeto do edital exige tração e direção nas 4 rodas. O equipamento da Vencedora (DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS S.A.), JCB 4cx, possui esse recurso conforme folheto em apresentado (página 19). São 3 modos de direção: convencional, onde esterça rodas dianteiras, raio de giro reduzido, onde esterça rodas dianteiras num sentido e traseiras noutro e em diagonal ou passo caranguejo, onde esterça rodas dianteiras e traseiras no mesmo sentido.

É uma exigência clara do edital e está fundamentada nas vantagens operacionais da JCB 4cx, que é um equipamento multiuso. Faz função de retroescavadeira, pá carregadeira, trator de esteiras, motoniveladora, empilhadeira todo terreno, entre outras. Para realizar tal gama de funções, utiliza, entre outros recursos, os três modos de direção.

Todos os elementos contidos no processo licitatório corroboram com o entendimento de que a Recorrente **não atende ao objeto**.

Deste modo, o **não preenchimento das condições do Edital pela Recorrente é evidente, tornando correta a sua inabilitação**. Inclusive tendo em mente o princípio da vinculação ao Edital³, o qual deve ser estritamente seguido durante todo o certame.

Note-se que tal entendimento quanto à vinculação ao Edital decorre do texto da Lei 8.666/93, em específico quanto ao artigo 41 (*"A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."*).

Qualquer descontentamento ou contrariedade ao Edital, deveria ter sido manifestada mediante impugnação do Edital, no prazo correto, previsto no §2º do mesmo artigo. Denota-se de tal previsão legal que, caso não feita a impugnação em até 2 (dois) dias que antecederem a realização da tomada de preços, a licitante **decai do direito de impugnar o Edital**. Vide redação do dispositivo:

Art. 41. (...) § 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital,

³ Entendimento este já sedimentado nas Cortes Superiores. A título de exemplo, a seguinte decisão do STF: **"EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso."** (STF. RMS 23640/DF)

hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Sem destaques no original).

Agrega-se ao já defendido, a jurisprudência do STF, conforme julgado de Relatoria do Min. Eros Grau:

"A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital [art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da lei n. 8.666/93], sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto. (MS-AgR nº 24.555/DF, 1ª T., Rel. Min. Eros Grau, j. em 21.02.2006, DJ de 31.03.2006)

Igual posição do Superior Tribunal de Justiça:

*"2. Recurso especial que se provê ao argumento de que, embora não possa ser afastado o direito legítimo de o licitante impugnar o edital se constatar que o mesmo encontra-se eivado de vício. Contudo não há que se esquecer que os prazos para impugnação do edital por parte do licitante não podem permanecer em aberto *ad eternum* sob pena de se instalar a insegurança nas relações jurídicas geradas pelo ato convocatório. Ademais, a recorrida teve conhecimento dos índices eleitos pela Administração, participou do Certame e apenas quando considerada inabilitada, recorreu ao Poder Judiciário pleiteando a sua reinclusão no certame como habilitada ou a declaração de nulidade do Edital e consequentemente, da licitação." (REsp nº 613.262/RS, 1ª T., Rel. Min. José Delgado, j. em 1º.06.2004, DJ de 5.08.2004)*

"1. A partir da publicação do edital de licitação, nasce o direito de impugná-lo, direito que se esvai com a aceitação das regras do certame, consumando-se a decadência (divergência na Corte, com aceitação da tese da decadência pela 2ª Turma – ROMS 10.847/MA)." (RMS nº 15.051/RS, 2ª T., Rel. Min. Eliana Calmon, j. em 1º.10.2002, DJ de 18.11.2002)

Portanto, uma vez ausente o atendimento ao objeto previsto no edital, é cogente a inabilitação da Recorrente, que se fez de forma correta pela Sr. Pregoeiro ao seguir as disposições do ato convocatório.

Eis que as exigências contidas no Edital são perfeitamente afeitas à licitação e visam garantir que a vencedora esteja apta a prestar o contrato. Ademais, seguindo a disposição do Edital, bem como as exigências legais, ao tempo do recebimento das propostas, a Recorrente já deveria estar imbuída da documentação e tê-la apresentado em sua habilitação, uma vez que o artigo 43, § 3º, da Lei 8.666 veda a inclusão posterior de documentos que deveriam constar da proposta.

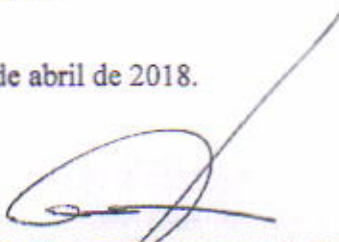
Enfim, é notório, portanto, que a Recorrente não preencheu as exigências editalícias, donde se verifica a necessidade de manutenção da decisão do pregoeiro quanto a inabilitação da Recorrente.

3. Requerimento Final

Diante do exposto, a Recorrida pugna pela improcedência, em todos os seus termos e pedidos, do recurso interposto pela empresa EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA., ratificando-se, assim, a decisão que habilitou e declarou vencedora a empresa DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS S.A.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Curitiba, 06 de abril de 2018.



DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE MOTORES CUMMINS S.A.

90.627.332/0001-93

**DISTRIBUIDORA MERIDIONAL DE
MOTORES CUMMINS S/A**

AV. ASSIS BRASIL, 11.000
SARANDI - CEP: 91.140-000
PORTO ALEGRE - RS